

4. Prova de Não-Residente

Para os efeitos previstos na lei, designadamente os de natureza fiscal, incumbe ao Cliente fazer a prova perante o Banco da sua qualidade de não-residente em Portugal, podendo para tal usar os meios de prova legalmente admissíveis, cabendo ao Banco a respectiva apreciação e reconhecimento.

5. Serviços Incluídos na Conta SMB

A Conta de SMB inclui os seguintes serviços:

- a) Constituição, manutenção, gestão, titularidade e encerramento de conta de depósito à ordem em Euros;
- b) Utilização de cartão de débito em caixas de pagamento e terminais automáticos na União Europeia;
- c) Movimentação conta ao balcão do Banco, homebanking e caixas automáticas na União Europeia;
- d) Realização de depósitos, levantamentos, pagamentos de bens e serviços, débitos directos, transferências intrabancárias, transferências efectuadas através de caixas da rede Multibanco e 24 transferências, por ano, nacionais ou no interior da União Europeia, através do homebanking.

6. Comissões

6.1. Como contrapartida dos serviços prestados, será cobrada anualmente uma comissão equivalente a um ponto percentual do valor do indexante dos apoios sociais em vigor, acrescido de IS (4%).

6.2. A comissão será actualizada sempre que se verifiquem alterações ao valor do indexante dos apoios sociais em vigor.

6.3. A substituição do cartão de débito antes de decorridos 18 meses sobre a data da respectiva emissão implica o pagamento de uma comissão de EUR 15,00, acrescido do respectivo imposto do selo, salvo se a validade do cartão for inferior a este prazo ou a causa de substituição for imputável ao BAIE.

6.4. Em caso de utilização de serviços não incluídos na Conta SMB, serão devidas as comissões previstas no preçário em vigor do BAIE, disponível no balcão e em www.bancobaieuropa.pt.

7. Instruções

7.1. As instruções do Cliente ao Banco deverão ser efectuadas por escrito em documento original, sem prejuízo do regime aplicável ao serviço BAIE Directo.

7.2. Por solicitação prévia e anteriormente formalizada do Cliente, o Banco poderá aceitar a transmissão de instruções por fax ou e-mail, assumindo, nestes casos, o Cliente a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de falsificação, salvo quando existir dolo ou negligência por parte do Banco ou dos seus colaboradores.

8. Extractos de Conta

8.1. O Banco emite gratuitamente um extracto de conta com periodicidade mensal, excepto quando não tenham ocorrido movimentos no mês em causa.

8.2. A pedido do Cliente, o Banco poderá ainda disponibilizar extractos de contas com periodicidades diferentes de acordo com o preçário definido pelo Banco.

8.3. O Banco emitirá uma nota de lançamento dos débitos efectuados, salvo se a operação em causa for executada através do serviço BAI Europa Directo.

9. Comunicações

9.1. A correspondência relativa ao Cliente ser-lhe-á enviada para o endereço indicado no acto da abertura da conta SMB, por correio electrónico ou mediante comunicação no sistema de homebanking, salvo indicação em contrário dada por escrito e recebida pelo Banco. As comunicações do Banco serão tidas como concretizadas desde que enviadas para o último endereço do Cliente.

9.2. Todas as comunicações e informações que o Banco tenha de prestar por escrito ao Cliente poderão ser efectuadas em suporte papel, ou por suporte electrónico ou digital acordado entre as partes, utilizando-se a língua portuguesa.

10. Prazo, Denúncia e Resolução

10.1. O presente contrato celebra-se por tempo indeterminado, podendo a Conta SMB ser encerrada por iniciativa do Cliente mediante um pré-aviso de 30 dias, sem prejuízo dos direitos e deveres existentes até essa data.

10.2. O Banco poderá considerar resolvido o presente contrato de Conta SMB, sempre que:

- a) A Conta SMB seja deliberadamente utilizada para fins contrários à lei;
- b) Não sejam efectuadas operações de pagamentos durante, pelo menos, 24 meses consecutivos;
- c) O titular tenha prestado informações incorrectas para obter acesso à Conta SMB, quando não preenchia os requisitos de acesso à mesma;
- d) O titular deixe de ser residente legal na União Europeia, não se tratando de um consumidor sem domicílio fixo ou requerente de asilo ao abrigo da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados e do respectivo Protocolo de 31 de Janeiro de 1967, bem como de outros tratados internacionais pertinentes;
- e) O titular, durante a vigência do contrato de Conta SMB, celebrado ou convertido, detenha uma outra conta de depósito à ordem numa instituição de crédito em Portugal, salvo nos casos de contitularidade de conta de serviços mínimos bancários com uma pessoa singular com mais de 65 anos ou dependente de terceiros.

10.3. a resolução com fundamento nas alíneas a) e c) do número anterior produz efeitos imediatos.

10.4. Nos casos previstos nas alíneas b), d) e e) do ponto 10.2 desta cláusula, a resolução produz os seus efeitos 60 dias após a data da comunicação do Banco.

10.5. A resolução com fundamento num dos motivos mencionados nas alíneas a) e c) a e) da cláusula 10.2, confere ao BAIE o direito de exigir ao titular o pagamento da diferença entre as comissões, despesas ou outros encargos habitualmente associados pelo BAIE à prestação dos serviços que foram disponibilizados no âmbito da conta SMB e os encargos suportados pelo titular da conta.

10.6. A comunicação de resolução é efectuada pelo Banco por escrito, a título gratuito, com indicação dos motivos e da justificação da resolução, informação sobre procedimentos e contactos para reclamações ou meios de resolução alternativa de litígios e, sendo caso disso, da exigência de pagamento das comissões e despesas referidas no número anterior, salvo se essa informação não puder ser prestada por razões de segurança objectivamente fundamentadas ou se for legalmente proibida.

10.7. Declarada a resolução do contratado por parte do Banco, os valores depositados na Conta de SMB serão devolvidos ao Cliente.

11. Responsabilidade do Cliente e Direito à Rectificação

11.1. Se forem executadas operações de pagamento não autorizadas resultantes de perda, de roubo ou da apropriação abusiva de instrumentos de pagamento com quebra da confidencialidade dos dispositivos de segurança personalizados imputável ao Cliente, este suportará as perdas relativas a essas operações dentro do limite do saldo autorizado da Conta SMB, até ao máximo de EUR 50,00.

11.2. O limite de EUR 50,00 não se aplica se as operações de pagamento não autorizadas decorrerem de actuação fraudulenta ou de incumprimento deliberado de uma ou mais das obrigações previstas na lei ou no presente contrato, caso em que o Cliente suportará todas as perdas e consequências financeiras resultantes da utilização de cartão de débito perdido, roubado ou abusivamente apropriado, ou de utilização do homebanking.

11.3. Havendo negligência grave do Cliente, este suportará as perdas resultantes de operações de pagamento não autorizadas até ao limite do saldo disponível na conta SMB.

11.4. O Cliente poderá acordar com o Banco um limite global diário de responsabilidade a que corresponderá, em tal hipótese, salvo convenção em contrário, um saldo diário disponível na respectiva conta, para efeito da sua movimentação através de cartão de débito, nunca superior ao valor daquele limite diário.

11.5. Se o Cliente tiver conhecimento da realização de uma operação não autorizada, ou incorrectamente executada, terá o direito à respectiva rectificação, devendo, para tal, comunicar tal facto de imediato ao Banco, dentro de um prazo nunca superior a 13 meses a contar da data do débito.

12. Responsabilidade do Banco

12.1. O Banco é responsável pela execução ou transmissão correcta das operações de pagamento emitidas pelo Cliente, nos termos legalmente previstos.

12.2. Caso se verifique responsabilidade do Banco na realização de operações de pagamento não autorizadas, o Cliente será imediatamente reembolsado dos montantes que se mostrarem devidos.

12.3. Cessa a responsabilidade do Banco se a ordem de pagamento não indicar correctamente o valor, moeda, International Bank Account Number (IBAN) do beneficiário ou o Bank Identifier Code (BIC/SWIFT), conforme aplicável.

13. Reclamações

13.1. Sem prejuízo do disposto em 11.5 e 13.3, as reclamações dos Clientes relativas à execução, falta de execução ou erros de qualquer ordem, devem ser apresentadas no prazo máximo de 15 dias, após o envio do respectivo extracto, aviso ou comunicação, sendo tais documentos, após o decurso do referido prazo, considerados aceites e as respectivas operações ratificadas.

13.2. Na eventualidade de o Cliente pretender apresentar uma reclamação sobre qualquer assunto relacionado com o serviço prestado pelo Banco poderá fazê-lo: (i) Por escrito ao Departamento de Compliance do Banco: Rua Tierno Galvan, Torre 3, 12º Piso, 1070-274 Lisboa, fax: 21 351 3757 ou Email: reclamacoes@baieuropa.pt; (ii) Preenchendo o livro de reclamações disponível no Balcão do Banco, na Rua Tierno Galvan, Torre 3, 12º Piso, 1070-274 Lisboa, (iii) Directamente ao Banco de Portugal: Departamento de Supervisão Bancária, Apartado 2240, 1106-001 Lisboa, ou em www.clientebancario.bportugal.

13.3. As reclamações relativas a rectificação de operações não autorizadas ou incorrectamente executadas, deverão ser apresentadas, por escrito, ao Banco, sem atraso injustificado e dentro de um prazo nunca superior a 13 meses a contar da data do débito. Findo esse prazo, as operações consideram-se aceites e validadas.

13.4 Em caso de diferendo entre o Banco e o titular do cartão, o ónus da prova cabe a quem invocar o facto a seu favor, obrigando-se a outra parte a prestar a sua melhor colaboração, designadamente facultando as informações e a documentação que lhe forem solicitadas relativamente ao diferendo em causa.

14. Dados Pessoais

14.1. O Banco trata os dados pessoais do Cliente estritamente necessários à prestação dos serviços ora acordados, e no âmbito da gestão da relação contratual estabelecida com o mesmo, bem como para cumprimento de obrigações legais e regulamentares aplicáveis em matéria de operações bancárias.

14.2. No âmbito da prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, o Banco encontra-se vinculado ao cumprimento de diversos deveres, nomeadamente de identificação, diligência, exame, abstenção e comunicação, que implicam o tratamento e transmissão de dados pessoais nos termos previstos na Lei nº 83/2017, de 18 de Agosto de 2017, e respectiva regulamentação do Banco de Portugal.

14.3. Os dados pessoais do Cliente são também tratados e poderão ser transmitidos à Autoridade Tributária para efeitos de cumprimento das obrigações do Banco decorrentes de acordos internacionais de troca de informações financeiras em matéria fiscal.

14.4 Os órgãos e colaboradores do Banco, que tenham acesso aos dados pessoais recolhidos nos formulários de abertura de conta, manterão sigilo absoluto sobre toda e qualquer relação com o Cliente, respeitando sempre a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD) -, ou outra que, eventualmente, venha a entrar em vigor.

14.5. O Banco é o responsável pelo tratamento de dados pessoais do Cliente, no âmbito da presente relação contratual de abertura de conta, e assegura ao Cliente, nos termos definidos no RGPD e restante lei aplicável em território nacional, os direitos de acesso, rectificação, apagamento, limitação de tratamento, de portabilidade e de oposição. O Cliente pode exercer os seus direitos através de: (i) email: exerciciodedireitos@baieuropa.pt, (ii) presencialmente, dirigindo-se ao balcão mais próximo, e (iii) por carta endereçada à sede do Banco, ao cuidado do Departamento de Banca Comercial.

14.6. O Cliente poderá, se assim entender, no âmbito do presente contrato, apresentar uma reclamação relativamente ao tratamento de dados efectuado pelo Banco, junto da autoridade de controlo nacional em matéria de dados pessoais. 15.7. Sempre que o Cliente tenha alguma dúvida acerca do tratamento que o BANCO faz dos respectivos dados, ou das informações que lhe foram prestadas, pode contactar o Encarregado de Protecção de Dados do BANCO, através do envio de: (i) e-mail para o endereço dpo@baieuropa.pt e (ii) carta endereçada à sede do BANCO e ao cuidado de Encarregado de Protecção de Dados.

14.7. Não obstante à informação mencionada nos subpontos anteriores, recomenda-se a consulta da informação do Banco, relativa aos direitos e deveres em matéria de tratamento de dados pessoais, disponível em www.bancobaieuropa.pt, uma vez que a mesma é aplicável supletivamente a tudo quanto não esteja previsto na presente cláusula.

15. Protecção Depósitos

15.1. Os depósitos constituídos no Banco beneficiam da garantia de reembolso prestada pelo Fundo de Garantia de Depósitos sempre que ocorra a indisponibilidade dos depósitos por razões directamente relacionadas com a situação financeira do Banco.

15.2. O Fundo de Garantia de Depósitos garante o valor dos depósitos até ao máximo de EUR 100.000 por cada depositante, excepto nos casos de exclusão legal. Todas as informações respeitantes ao Regime de Garantia de Depósitos poderão ser consultadas no endereço <http://www.fgd.pt>.

16. Jurisdição / Meios de resolução alternativa de litígios

16.1. Este acordo é regido pela Lei Portuguesa.

16.2. Para resolução de eventuais questões emergentes do presente acordo é estipulado o foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

16.3 Sem prejuízo do acesso aos meios judiciais competentes, para litígios de valor igual ou inferior à alçada dos Tribunais de 1ª instância (EUR 5.000,00), o Banco assegura aos seus Clientes o acesso a meios de resolução extrajudicial, tendo para esse efeito, aderido ao Centro de Arbitragem da Universidade Católica Portuguesa (www.fd.lisboa.ucp.pt), ao Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (www.centroarbitragemlisboa.pt) e ao Centro de Arbitragem de Litígios Cíveis, Comerciais e Administrativos da Ordem dos Advogados (www.oa.pt).

16.4 A resolução extrajudicial de litígios transfronteiras é assegurada pelo Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (www.centroarbitragemlisboa.pt)

16.5 Para litígios emergentes de serviços de pagamento online poderá aceder à Plataforma de Resolução de Litígios em Linha (<http://ec.europa.eu/consumers/odr/>), devendo utilizar no formulário de registo o seguinte e-mail do Banco: geral@bailisboa.pt.

II – DEPÓSITOS À ORDEM

1. Modalidades de Movimentação

A Conta SMB pode ser movimentada através de cartão de débito, homebanking e instruções dadas ao balcão.

2. Condições de Movimentação

2.1. As contas podem ser movimentadas sobre as seguintes formas:

Conta Solidária – Movimentada isoladamente por qualquer um dos titulares;

Conta Conjunta – Movimentada pela intervenção conjunta de todos os titulares;

2.2. Nas contas Solidárias, qualquer dos titulares é solidariamente responsável pelo pagamento de quaisquer quantias relativas a qualquer descoberto que ocorra na conta.

2.3. Os termos de movimentação das contas inicialmente estabelecidos só poderão ser alterados com a intervenção de todos os titulares e mediante o preenchimento de uma nova ficha de assinaturas.

3. Débitos e Créditos nas Contas de Depósito à Ordem

3.1. Débitos Solicitados pelo Cliente

No caso de se tratar de uma operação solicitada pelo Cliente e se verificar insuficiência da provisão da Conta SMB para efectuar a operação, o Banco reserva-se no direito de não executar o débito independentemente da natureza da operação, correndo por conta do Cliente as respectivas implicações legais.

3.2. Débitos Directos

3.2.1. O Cliente poderá autorizar a realização de débitos na sua Conta SMB mediante instruções por ele remetidas directamente aos beneficiários das transferências, podendo alterar ou cancelar essas instruções mediante pedido efectuado por escrito ao Banco até ao final do dia útil anterior ao dia indicado pelo credor para o débito dos fundos.

3.2.2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o Cliente terá direito ao reembolso integral do valor debitado, desde que reunidas as seguintes três condições: (i) se a autorização de débito directo dada pelo Cliente não especificar o montante exacto da operação no momento em que a autorização foi concedida; (ii) o valor da operação de pagamento exceder o montante que o Cliente poderia razoavelmente esperar com base no seu perfil de despesas anterior e nas circunstâncias específicas do caso, e (iii) o pedido de reembolso for efectuado ao Banco no prazo de oito semanas a contar da data de débito dos fundos.

3.2.3. O Cliente não terá direito ao reembolso previsto no número anterior caso tenha transmitido ao Banco o seu consentimento à operação, ou no caso de o Banco ou o beneficiário dos fundos terem prestado ou disponibilizado ao Cliente informações sobre a futura operação de pagamento com, pelo menos, quatro semanas antes da data da sua execução.

3.2.4. Para fazer face aos débitos directos que autorize, o Cliente deverá a manter a sua Conta SMB devidamente provisionada, não assumindo o Banco qualquer responsabilidade pelas consequências decorrentes da impossibilidade de efectuar tais débitos por insuficiência de provisão.

3.3. Débitos resultantes de juros, comissões e impostos

3.3.1. O Cliente autoriza irrevogavelmente o Banco a proceder ao débito nas contas de todos os valores que sejam resultado de acordo entre as partes ou que resultem de legislação aplicável, nomeadamente juros, comissões, impostos, portes e tarifas relacionados com os produtos e serviços prestados que não estejam abrangidos pelos serviços mínimos bancários.

3.3.2. Se não houver provisão suficiente em qualquer das contas de que o Cliente é titular e o Banco entender realizar o débito ao Cliente, o descoberto resultante passará a vencer juros à taxa constante no preçário do Banco acrescida de imposto do selo, sem prejuízo do Cliente dever regularizar os respectivos saldos de imediato.

3.4. Créditos em Conta

3.4.1. A disponibilidade dos valores depositados para crédito nas contas está sujeita à prévia boa cobrança dos mesmos.

3.4.2. Para além dos que resultam da iniciativa do Cliente, o Banco deverá creditar nas contas todos os valores que resultem do acordo entre as partes ou da legislação aplicável nomeadamente juros e outros proveitos a que o Cliente tenha direito deduzidos de eventuais comissões, portes e impostos.

3.5. Data-valor

3.5.1. As datas valor dos movimentos a crédito e a débito são atribuídas de acordo com a natureza da operação, conforme indicado no Preçário.

3.5.2. Para efeito do cálculo dos juros a débito e a crédito, a atribuição das datas valor para os valores expressos na moeda base da Conta é a que, em cada momento, conste da regulamentação aplicável.

3.6. Estornos

Por razões admissíveis, nomeadamente, para correcção de erros ou omissões, o Cliente autoriza o Banco a proceder a movimentações a débito ou a crédito nas suas contas, devendo esses movimentos assumir as datas-valor dos movimentos originários a que respeitam.

4. Ordens de Transferência

4.1. As ordens de transferência permitem ao Cliente proceder à transferência de montantes da sua conta D.O. para uma outra conta bancária sediada no Banco ou em outra instituição de crédito no interior da União Europeia.

4.2. Todas as ordens de transferência deverão indicar o respectivo valor, moeda e o International Bank Account Number (IBAN) do beneficiário.

4.3. O pedido de transferência será executado mediante prévio consentimento do Cliente, prestado por escrito ou por outra forma previamente acordada com o Banco.

4.4. Considera-se que a ordem de transferência é recebida no momento em que é transmitida pelo Cliente, salvo se for recebida em dia não útil ou após as 15 horas de um dia útil, caso em que se considera que a ordem de pagamento foi recebida no primeiro dia útil seguinte.

4.5. Recebida a ordem de transferência nacional ou na Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA), o Banco assegurará que o valor seja creditado na conta do banco do beneficiário até ao primeiro dia útil seguinte, podendo acrescer um dia útil para as ordens emitidas em suporte de papel.

4.6. As ordens de transferência não podem ser revogadas depois de recebidas pelo Banco, excepto se essa revogação for efectuada, por escrito, até ao final do dia útil anterior à data previamente acordada para o débito de fundos.

III – SERVIÇO BAI EUROPA DIRECTO

O Banco disponibiliza o acesso ao serviço de Internet Banking denominado BAI Europa Directo, nas condições estabelecidas no presente capítulo.

1. Activação do Serviço

1.1 Para acesso ao BAI Europa Directo, o Cliente deverá subscrever a respectiva proposta de adesão e aceitar previamente as presentes Condições.

1.2 Após a aceitação do Banco da proposta de adesão, serão entregues ao Cliente os códigos de acesso ao BAIE Directo, correspondendo a data de entrega desses códigos à de início do contrato do serviço BAI Europa directo.

2. Códigos

2.1. O acesso ao BAI Europa directo efectua-se através de um código de identificação de utilizador e de uma password alfanumérica, sendo atribuído um código e uma password por cada operador.

2.2. Sempre que a utilização do serviço implique alterações ao património financeiro do Cliente, será necessária a introdução de uma chave de confirmação enviada por SMS para o número de telemóvel que o Cliente indicar e/ou por uma chave de confirmação composta por sete dígitos, sendo pedida aleatoriamente a introdução de três posições dessa chave.

2.3. Os códigos e as senhas de acesso ao serviço BAI Europa directo são confidenciais, obrigando-se o Cliente a garantir que os mesmos se mantenham única e exclusivamente do seu conhecimento, bem como a prevenir o seu uso abusivo por parte de terceiros.

3. Utilização do Serviço

3.1. As instruções efectuadas através do BAI Europa directo gozarão de plenos efeitos jurídicos, ficando o Banco irrevogavelmente legitimado para efectuar os débitos e os créditos que delas decorram.

3.2. O Banco poderá abster-se de executar as instruções do Cliente quando as mesmas infringirem disposições legais ou contratuais ou colidam com os usos bancários, reservando-se o direito de solicitar ao Cliente confirmação por escrito das instruções efectuadas via BAI Europa directo.

3.3. As instruções efectuadas aos sábados, domingos, feriados e nos dias úteis entre as 15h00m e as 8h30m da manhã seguinte, consideram-se efectuadas no primeiro dia útil seguinte.

3.4. A confirmação das operações realizadas no BAI Europa directo é demonstrada pelo extracto de conta de depósitos à ordem, podendo o Banco, a pedido do Cliente e mediante pagamento de uma comissão fixada no preçário, emitir um comprovativo específico de determinada operação.

3.5. As operações efectuadas através do BAI Europa directo que não estejam abrangidas nos serviços mínimos bancários ficam sujeitas ao preçário em vigor no Banco, encontrando-se o mesmo disponível para consulta nas funcionalidades do próprio serviço e nas instalações do Banco.

4. Perda ou Roubo

No caso de perda, extravio, furto, roubo ou em caso de suspeita de utilização indevida dos códigos de acesso ao BAI Europa directo, o Cliente, por si ou através dos seus utilizadores, deverá avisar imediatamente o Banco de tal facto através do telefone número +351 21 351 3750, devendo esse aviso ser confirmado por carta registada no prazo de 48 horas.

5. Segurança e Suspensão Serviço

5.1. O Banco reserva-se o direito de suspender o acesso ao BAI Europa directo para efeitos de manutenção, actualização e processamento de dados e sempre que tal se justifique por razões de segurança.

5.2. A suspensão do serviço por parte do Banco será efectuada mediante aviso prévio ao Cliente, excepto se a suspensão ocorrer por questões de segurança.

5.3. Sempre que o Cliente introduza erradamente o código de acesso e a respectiva password três vezes, o serviço ficará automaticamente suspenso, sendo a reactivação do mesmo apenas possível mediante instrução escrita dirigida ao Banco.

5.4. O Cliente compromete-se a não utilizar ligações de outros sites para aceder ao BAI Europa directo, devendo sempre aceder ao mesmo directamente pelo endereço www.bancobaieuropa.pt.

IV – CARTÕES DÉBITO

1. Generalidades

1.1. O cartão de débito BAI Europa é um instrumento de pagamento propriedade do Banco, para uso electrónico, que possibilita ao seu detentor a utilização do saldo da conta à ordem associada ao cartão nas Máquinas Automáticas (ATM) das redes VISA e Multibanco e nos Terminais de Pagamento Automático (TPA), para efeitos de, nomeadamente, levantamento de numerário, aquisição de bens ou serviços e pagamentos, bem como para execução de outras operações disponibilizadas pelas referidas redes.

1.2. Para ser titular de um cartão de débito BAI Europa, o Cliente deverá subscrever a respectiva proposta de adesão e aceitar previamente as presentes Condições Gerais.

1.3. Após a aceitação do Banco da proposta de adesão, será entregue ao Cliente o cartão e o respectivo código pessoal secreto (PIN).

2. Período de Reflexão

2.1. O Cliente pode revogar o acordo de utilização do cartão de débito no prazo de 7 dias úteis contados sobre a data da assinatura da proposta de adesão, sem quaisquer encargos que não os resultantes do cumprimento de obrigações fiscais, salvo se, expressamente, renunciar a este direito.

2.2. A revogação deve ser efectuada por carta registada com aviso de recepção ou mediante declaração escrita notificada ao Banco, desde que qualquer das referidas comunicações seja expedida dentro do referido prazo e acompanhada da devolução do cartão, devidamente inutilizado.

2.3. Considera-se que o Cliente aderiu ao Contrato caso utilize o cartão de débito no período referido em 2.1. cláusula.

3. Utilização do Cartão

3.1. O Cartão é de uso exclusivo do Cliente e é intransmissível.

3.2. A cada Cartão será atribuído um Código Pessoal Secreto (PIN) que deverá ser do exclusivo conhecimento do Cliente.

3.3. Para utilização do Cartão, o Cliente deverá:

a) Nas ATM, digitar o PIN, seguir as instruções que lhe são apresentadas no ecrã e escolher a transacção que pretende efectuar.

b) Para pagamento de bens ou serviços nos TPA:

(i) Apresentar o Cartão devidamente assinado e exhibir os seus documentos de identificação pessoal sempre que lhe for solicitado;

(ii) Conferir o valor do pagamento e digitar o PIN, ou aproximar o Cartão ao leitor do TPA caso pretenda utilizar a funcionalidade Contactless;

(iii) Assinar o comprovativo da transacção, caso lhe seja solicitado

c) Nas operações designadas de “baixo valor” (ex. pagamento portagens estacionamento), mediante adesão ao serviço a efectuar através de ATM ou de TPA do respectivo fornecedor.

3.4. O Banco não autoriza utilizações a descoberto, pelo que o Cliente apenas poderá utilizar o cartão para operações a débito até ao limite do saldo disponível na Conta SMB.

4. Condições específicas de utilização da tecnologia Contactless:

4.1. O Cartão incorpora a funcionalidade de leitura por aproximação denominada Contactless que permite efectuar operações de pagamento por aproximação do Cartão a TPA que disponha desta tecnologia, sendo dispensada a introdução do PIN até ao montante de EUR 20,00 por transacção.

4.2. Sempre que o montante acumulado de operações de pagamento realizadas através da funcionalidade Contactless exceder EUR 60,00, essa funcionalidade só poderá ser novamente utilizada com a introdução do PIN.

4.3. O Cartão é enviado ao Cliente com a funcionalidade Contactless inactiva. Esta será activada após a realização da primeira transacção, com introdução do PIN num ATM ou TPA.

5. Validade do Cartão

5.1. O período de validade do Cartão é de 4 anos, podendo, na renovação, ser alterado pelo Banco, sem que essa alteração acarrete encargos adicionais para o Cliente.

5.2. O direito de utilização do cartão caduca no último dia do prazo de validade nele inscrito, bem como por morte, interdição ou inabilitação do utilizador, devendo, nestes casos, os respectivos herdeiros ou representantes proceder de imediato à restituição do cartão ao emitente.

5.3. Antes de decorrido o prazo de validade o Banco poderá emitir um novo Cartão, excepto se se verificar qualquer uma das situações previstas na cláusula 10ª, capítulo I destas condições gerais, ou se o Cliente manifestar a sua oposição à renovação nos 60 dias que precedem o termo do prazo de validade do cartão.

6. Medidas de Segurança

6.1. O Banco pode exigir a restituição do cartão por razões de segurança ou protecção do Cliente, sem que tal implique a resolução do contrato.

6.2. O Banco pode ainda impedir a execução de transacções, mediante bloqueio do cartão, por questões relacionadas com o sistema operativo de cartões e/ou sempre que existam indícios de utilização não autorizada ou fraudulenta do cartão.

6.3. O Cliente será avisado previamente do bloqueio do cartão, excepto se tal não for permitido por razões de segurança ou impedimento legal. Nestes casos, o Cliente será notificado do bloqueio do cartão e da respectiva justificação, tão prontamente quanto possível.

6.4. Logo que se deixem de verificar os motivos do bloqueio, o Banco desbloqueará o cartão ou substitui-lo-á por um novo. Esta substituição não implica qualquer custo para o Cliente, salvo se o bloqueio tiver ocorrido por causa que lhe seja imputável.

6.5. Para evitar o uso fraudulento dos cartões, o Cliente deverá adoptar, nomeadamente, as seguintes medidas de segurança:

- a) Assinar o cartão logo após a sua recepção, mesmo que não tenha o propósito de o utilizar de imediato;
- b) Manter o código PIN secreto;
- c) Não permitir a utilização do cartão por terceiros, ainda que seus mandatários;
- d) Não transmitir o código PIN a terceiros;
- e) Memorizar o código PIN, abstendo-se de o anotar ou de o registar juntamente com o cartão, ou de modo a que possa ser inteligível ou acessível a terceiros.

7. Eficácia das transacções realizadas com o Cartão

7.1. A introdução do PIN, a assinatura do comprovativo da transacção ou a aproximação do Cartão ao leitor Contactless constituem confirmação e consentimento das operações efectuadas com o Cartão.

7.2. As instruções dadas através da utilização do Cartão são irrevogáveis, reconhecendo o Cliente a exigibilidade dos respectivos débitos.

7.3. As transferências de fundos realizadas através das ATM realizar-se-ão sob a exclusiva responsabilidade do Cliente, no que se refere à correcta digitação dos elementos de identificação da conta para onde deseja transferir os fundos e do respectivo montante.

8. Perda, Extravio, Falsificação, Roubo ou Furto

8.1. O Cliente obriga-se a adoptar todas as medidas adequadas a garantir a segurança do cartão de modo a não permitir a sua utilização por terceiros.

8.2. Em casos de perda, extravio, falsificação, roubo, furto ou indevida e/ou incorrecta utilização do cartão, registos no extracto da conta-cartão ou na conta de depósitos à ordem de transacções não autorizadas ou de quaisquer outros erros ou irregularidades na sua utilização, logo que de tais factos tome conhecimento, deverá o Cliente comunicar ao Banco a ocorrência e transmitir todas informações que possua e que possam, de qualquer modo, ser utilizadas pelo Banco no apuramento dos factos e na regularização das respectivas situações, por via telefónica ou outra mais expedita.

8.3. A comunicação a que se refere o número anterior deverá ser efectuada à linha da SIBS, disponível 24 horas por dia através do número (351) 217 918 780, ou ao Banco pelo telefone (351) 213 513 750, no horário de atendimento ao público.

8.4. Todas as comunicações telefónicas efectuadas nos termos das alíneas anteriores devem ser objecto de confirmação escrita e detalhada, nas 48 horas seguintes para a sede do Banco, sita na Rua Tierno Galvan, Torre 3, 12º Piso, 1070-274 Lisboa.

8.5. Todos os casos de falsificação, roubo ou furto do cartão deverão ser prontamente participados às autoridades policiais competentes, devendo o Cliente apresentar ao Banco a respectiva comprovação.

8.6. O Cliente não pode ser responsabilizado por utilizações do cartão devidas aos factos a que se refere o ponto 2 desta cláusula depois de efectuada a notificação ao Banco e/ou à SIBS, no caso de utilização electrónica do cartão, ou para além de 24 horas depois da mesma notificação, noutros casos, salvo se, nestes últimos, forem devidas a dolo ou negligência grosseira do Cliente.

9. Inexecução ou execução defeituosa de uma operação

O Banco é responsável pelos prejuízos directos causados ao Cliente em consequência da inexecução ou execução defeituosa de uma operação devido ao mau funcionamento da máquina ou terminal no qual o cartão for utilizado. O Banco não pode ser considerado responsável por qualquer prejuízo causado por uma falha técnica do sistema, se desta tiver sido dado conhecimento ao Cliente através de uma mensagem escrita no visor do aparelho, ou desde que ela se torne óbvia por qualquer outra forma.

10. Pagamentos, Despesas e Encargos

10.1. As transacções efectuadas através da utilização do Cartão, bem como todos os pagamentos respeitantes a este contrato, serão debitados pelo Banco na Conta SMB, constituindo o extracto dessa conta documento bastante para prova das transacções realizadas com o cartão e dos pagamentos efectuados.

10.2. As operações efectuadas em moeda estrangeira serão debitadas em Euros, sendo utilizada a taxa de câmbio aplicada pela VISA à data do processamento da transacção. O extracto da conta de depósitos à ordem indicará o valor da transacção em moeda estrangeira, respectivo contravalor, comissões e encargos aplicáveis.

10.3. O Cliente obriga-se a manter a Conta SMB devidamente provisionada para fazer face aos pagamentos decorrentes da utilização do cartão, autorizando o Banco a efectuar os respectivos débitos.

10.4. O Cliente deverá verificar o extracto da Conta e, caso se aperceba de eventuais irregularidades, tais como o lançamento incorrecto de uma operação realizada ou o lançamento de uma operação não ordenada, deverá proceder à imediata comunicação desse facto ao Banco.

11. Contactos

Para questões relacionadas com o Cartão, o Cliente poderá ligar para a linha da SIBS, disponível 24 horas por dia, através do número (351) 21 791 87 80.

CONDIÇÕES GERAIS DE ABERTURA DE CONTA DE SERVIÇOS MÍNIMOS BANCÁRIOS

DECLARAÇÃO

(Capítulo I, Cláusula 2ª das presentes Condições Gerais)

_____ (nome completo), portador(a) do documento de identificação

nº _____, emitido por _____, válido até ____/____/____, com o Número de Identificação Fiscal _____,

declaro (seleccionar a opção correcta):

- ☐ Não ser titular de nenhuma conta de depósito à ordem activa em qualquer outra instituição de crédito estabelecida em território nacional.
- ☐ Ser titular de uma conta de depósito à ordem de serviços mínimos bancários com uma pessoa singular com mais de 65 anos ou dependente de terceiros (pessoa que apresente um grau de invalidez permanente, devidamente comprovado por entidade competente, igual ou superior a 60%).
- ☐ Ter sido notificado de que a minha única conta de depósito à ordem junto de outra instituição de crédito irá ser encerrada.

ASSINATURAS AUTORIZADAS

Tomei conhecimento e aceito as presentes condições gerais.

(Assinatura do Cliente conforme Ficha de Assinaturas e Documento de Identificação)

Data ____/____/____

A PREENCHER PELO BANCO BAI EUROPA

Data de Abertura ____/____/____

Conferido em ____/____/____

O Colaborador

Conferente